

Jaíba NO1 Energias Renováveis S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas das demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos acionistas da
Jaíba NO1 Energia Renováveis S.A
Jaíba - MG**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Jaíba NO1 Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Jaíba NO1 Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

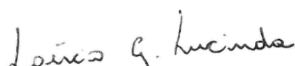
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6


Laércio G. Lucinda

Contador CRC 1SP241847/O-9

JAÍBA NO1 ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.304	4.213
Contas a receber	6	1.452	510
Impostos a recuperar		74	15
Adiantamento a fornecedores		559	1.680
Contas a receber de partes relacionadas	7	12.005	20.018
Pagamentos antecipados		189	-
Total do ativo circulante		19.583	26.436
Imobilizado	8	170.648	162.033
Direito de uso - Arrendamento	9	5.629	5.824
Total do ativo não circulante		176.277	167.857
Total do ativo		195.860	194.293
Passivos			
Fornecedores	10	9.476	10.854
Empréstimos e financiamentos	11	11.975	9.732
Imposto de renda e contribuição social a recolher	12	168	-
Outros tributos a recolher		254	199
Contas a pagar com partes relacionadas	7	3.930	6.372
Total do passivo circulante		25.803	27.157
Empréstimos e financiamentos	11	103.570	102.387
Arrendamentos a pagar	9	8.018	7.830
Outros tributos a recolher		23	-
Provisão para desmontagem da Central Solar	8	611	-
Total do passivo não circulante		112.222	110.217
Patrimônio líquido	13		
Capital social		73.793	60.912
Prejuízos acumulados	13.3	(15.958)	(3.993)
Total do patrimônio líquido		57.835	56.919
Total do passivo e patrimônio líquido		195.860	194.293

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

JAÍBA NO1 ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Demonstrações de resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	14	19.151	135
Custos operacionais	15	<u>(18.198)</u>	<u>(155)</u>
Prejuízo bruto		953	(20)
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	16	(215)	(170)
Outras receitas operacionais		<u>7</u>	<u>-</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro		745	(190)
Receitas financeiras	17	425	265
Despesas financeiras	17	<u>(12.381)</u>	<u>(3.799)</u>
Resultado financeiro		(11.956)	(3.534)
Resultado antes dos impostos		(11.211)	(3.724)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	12	(754)	(14)
Prejuízo do exercício		<u>(11.965)</u>	<u>(3.738)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

JAÍBA NO1 ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Demonstrações de resultado abrangente exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Prejuízo do exercício	<u>(11.965)</u>	<u>(3.738)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>(11.965)</u></u>	<u><u>(3.738)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

JAÍBA NO1 ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	(-) Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)		34.372	(9.810)	(256)	24.306
Aumento de capital social	13.2	26.540	-	-	26.540
Integralização de capital social	13.2	-	9.810	-	9.810
Prejuízo do exercício		-	-	(3.737)	(3.737)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		60.912	-	(3.993)	56.919
Aumento de capital social	13.2	12.881	-	-	12.881
Prejuízo do exercício		-	-	(11.965)	(11.965)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		73.793	-	(15.958)	57.835

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

JAÍBA NO1 ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do Exercício		(11.965)	(3.738)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa			
Depreciação e amortização	8.1	6.954	143
Amortização do direito de uso - Arrendamento	9.1	195	196
Imposto de renda e contribuição social	12.1	754	14
Juros sobre financiamentos	11.1	11.897	13
Juros sobre arrendamentos	9.2	644	189
Juros de desmobilização do ativo imobilizado	8.2	66	-
Provisão de receita	6	(1.304)	(148)
Resultado do exercício Ajustado		7.241	(3.331)
Variação nos ativos e passivos operacionais			
Contas a receber		362	(362)
Impostos a recuperar		(59)	(9)
Contas a receber com partes relacionadas		8.013	(17.918)
Outros ativos		932	-
Fornecedores e outras contas a pagar		(1.378)	10.720
Outros tributos a recolher		78	184
Contas a pagar com partes relacionadas		(2.442)	6.372
Outros passivos		545	7.332
Imposto de renda e contribuição social a pagos		(586)	(14)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		12.706	2.974
Juros pagos sobre captação de empréstimos	11.1	(13.361)	(3.243)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais		(655)	(269)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	8.1	(15.569)	(146.881)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(15.569)	(146.881)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aporte de capital de acionistas	13.2	12.881	36.351
Pagamento de principal de empréstimos		(7.751)	-
Pagamento de arrendamento	9.2	(456)	-
Captação de empréstimos e financiamentos		12.641	109.886
Caixa proveniente das atividades de financiamento		17.315	146.237
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		1.091	(913)
No início do exercício	5	4.213	5.126
No fim do exercício	5	5.304	4.213
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		1.091	(913)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto Operacional

A Jaíba NO1 Energias Renováveis S.A. ou “Companhia” ou “JAÍBA NO1” constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. A Companhia está localizada na Fazenda Marques, S/N, Gleba N, Zona Rural, Jaíba - MG.

A Companhia tem por objeto social a construção, instalação, operação, manutenção e comercialização de energia gerada pela Usina Solar Fotovoltaica.

A Companhia é controlada pela Jaíba III Holding S.A. individualmente “Companhia” é uma Holding constituída, em 03 de fevereiro de 2021, e pelas disposições legais aplicáveis na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. A Companhia está localizada na Avenida Roque Petroni Junior, 999 – 4º andar – Vila Gertrudes – São Paulo – SP.

1.1 Projeto de geração de energia solar

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia Jaíba O Energias Renováveis S.A., possuía autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para exploração de energia solar, que lhes foi concedida em 5 de novembro de 2019:

Projeto Fotovoltaico	Portaria	Data da autorização	Prazo	Capacidade de Energia Instalada (MW médios)
Jaíba NO1 Energias Renováveis S.A.	8333/2019	05/11/2019	35 anos	40,0

1.2 Contratos de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía o seguinte contrato de venda de energia de longo prazo:

Empreendimento	Tipo	Energia Contratada (MWm)	Preço Contratado (MW/h)	Índice reajuste	Prazo	Mês de reajuste
Jaíba NO1 Energias Renováveis S. A.	Contrato de Compra e Venda de Energia Incentivada Especial - CCVEIE	5	143,70	IPCA	01/01/2023 a 31/12/2039	Janeiro

1.3 Outras informações

A Companhia iniciou as operações dos parques fotovoltaicos em 21 de dezembro de 2024.

2 Apresentação e base de elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram autorizadas pela Diretoria em 30 de Abril de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1 Base de preparação - Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações, e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Continuidade operacional e dependência econômica

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a entidade conseguirá cumprir suas obrigações de pagamento.

Em 31 de Dezembro de 2025, a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras o capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 6.220 (R\$ 721 negativo em 31 de dezembro de 2024), prejuízo no exercício de 2025 de R\$ 11.965 (R\$ 3.738 em 2024).

A Administração elaborou planos para suportar a posição de liquidez da Companhia. Nesse contexto, o plano de financiamento vigente contempla recursos provenientes da venda de outros projetos em nível Latam pertencentes à mesma estrutura societária da Companhia. Os recursos provenientes dessas transações serão direcionados para suprir as necessidades de caixa, as quais deverão contribuir para o fortalecimento da sua posição de liquidez.

Adicionalmente, a Administração vem conduzindo iniciativas com o objetivo de melhorar a estrutura de capital de giro da Companhia, incluindo: (i) atuação por meio das associações setoriais (ABSOLAR e ABEEólica), está tratando com o Ministério de Minas e Energia o ressarcimento do *curtailment*, conforme previsto na Lei nº 15.269/2025, visando aprimorar as condições de cálculo e metodologia de ressarcimento aplicáveis tanto a períodos passados quanto futuros; (ii) renegociação de contratos vigentes; e (iii) implementação de melhorias operacionais contínuas na usina.

Com base nas projeções de fluxo de caixa operacional e considerando o compromisso de sua controladora em prover suporte financeiro e adotar as medidas necessárias para assegurar a continuidade das operações da Companhia, a Administração concluiu que existem recursos suficientes para a manutenção das atividades operacionais no curso normal dos negócios.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros não derivativos que são mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda Funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e

estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Estimativas

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 8 – Imobilizado (aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 8 – Provisão para desmontagem (reconhecimento e principais premissas).
- Nota 18 – Instrumentos financeiros – (principais premissas para divulgação do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado).

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

3 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir.

A Companhia aplicou as políticas contábeis materiais descritas abaixo de maneira consistente durante os exercícios abrangido pelas presentes demonstrações financeiras.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem disponível em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras e são classificados como ativos financeiros ao custo amortizado, sendo apresentados no balanço patrimonial ao custo amortizado, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalentes de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

3.2 Moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do ano, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.3 Partes relacionadas

Transação com parte relacionada é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade que reporta a informação e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida.

3.4 Imobilizado

(ii) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando houver.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(iii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iv) Baixas

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando não se espera nenhum benefício econômico futuro do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas na venda do ativo (calculados como a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

A Companhia não realizou nenhuma baixa no exercício de 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(v) Depreciação

A Companhia considera as estimativas de vida útil determinadas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) para fins de determinação da depreciação dos seus ativos de geração de energia fotovoltaica, por entender que essas taxas representam a vida útil dos ativos para o setor de energia elétrica.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado limitada ao prazo de autorização de 35 anos, conforme nota explicativa 1.1.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Central Solar	<u>25 anos</u>
Central Solar desmontagem	<u>33 anos</u>
Instalações	<u>15-25 anos</u>

3.5 Provisão de desmobilização

Os custos de desmobilização de ativos de geração são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

A Companhia reconheceu provisão para custos com a desmobilização de suas usinas fotovoltaicas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto de 9,19% e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia.

3.6 Redução ao valor recuperável (impairment)

a. Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia deve avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Quebra de cláusulas contratuais;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

b. Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou UGC (unidade geradora de caixa) é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Anualmente, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são alocadas para a redução do valor contábil dos ativos da UGC (ou grupo de UGCs) que originaram a perda, de forma pro rata.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia concluiu que não há indicativo de redução ao valor recuperável para os ativos não financeiros e concluiu que nenhuma provisão seria necessária.

3.7 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

3.8 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidá-la.

3.9 Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca da contraprestação.

a. Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo

arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. No caso da Companhia os ativos de direito de uso e seus respectivos passivos de arrendamento se referem as terras onde os parques fotovoltaicos encontram-se instalados.

3.10 Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Desreconhecimento

O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

- i. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR):
Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- ii. Ativos financeiro ao custo amortizado:
Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

b. Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- Mensurados subsequentemente ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de

quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na NE 18.

c. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não celebrou contratos de instrumentos financeiros derivativos.

d. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para o Comitê de Auditoria da Companhia. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia de valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Se os ativos ou os passivos medidos ao valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível que a input de valor justo com nível mais baixo que seja significativa para toda a medição.

3.11 Cortes de geração (*Curtailment*)

A Companhia foi afetada ao longo do exercício de 2025 pelo crescimento dos cortes de geração de energia (*curtailment*), o que afetou diretamente a receita da Companhia e os custos com a compra de energia.

A regulamentação do *curtailment* iniciou-se com as usinas eólicas, por meio da suspensão dos ressarcimentos nos contratos firmados no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) e na Contratação de Energia de Reserva (CER), por meio do Despacho nº 2.303/2019, até a regulamentação do tema. Após dois anos, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) regulamentou a disciplina por meio da Resolução Normativa (REN) nº 927/2021.

Os geradores fotovoltaicos tiveram um histórico de regulamentação semelhante, sendo que, as usinas solares do ACR e na CER tiveram o marco e a forma de ressarcimento estabelecidos, provisoriamente, em 2022, por meio do Despacho nº 1.407/2022. O Despacho nº 1.688/2022 aprovou a metodologia provisória do *curtailment*, possibilitando que as frustrações de geração das usinas solares fossem contempladas, provisoriamente, nos ressarcimentos apurados no âmbito dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs) do tipo disponibilidade e dos CERs das usinas solares fotovoltaicas.

Apenas em 2023, a ANEEL publicou a REN nº 1.073/2023, que reconheceu o *curtailment* de usinas, trazendo uma metodologia transitória até a publicação de uma metodologia definitiva de ressarcimento, a qual estava em discussão por meio da Consulta Pública ANEEL nº 009/2025, que ainda não teve resolução publicada. Tanto a Resolução Normativa de eólicas quanto a de solares foram consolidadas na REN nº 1.030/2022.

É importante destacar que as usinas solares do Ambiente de Contratação Livre (ACL) só podem ser ressarcidas a partir de 01 de abril de 2024. Além dos períodos de contratação, a ANEEL incluiu na regulamentação outras regras, como:

- Apenas cortes classificados como “indisponibilidade elétrica” poderão ser ressarcidos.
- Atingir uma franquia de horas, a ser calculada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) a cada início de ano.

Entretanto, em 25 de novembro de 2025, a promulgação da Lei nº 15.269/2025 trouxe um novo ordenamento jurídico para os cortes ocorridos entre 01 de setembro de 2023 e a data de publicação da referida lei. Mediante a assinatura de um Termo de Compromisso com o Poder Concedente, titulares de usinas solares e eólicas poderão fazer jus à compensação dos cortes por indisponibilidade externa, sem franquia de horas, e de confiabilidade elétrica. Como contrapartida, a compensação está condicionada: i) à renúncia do direito de discutir, nas vias

administrativa, arbitral ou judicial, compensações pretéritas e ii) à desistência de eventual ação judicial em curso. Em decorrência da nova legislação:

- A CCEE, por meio dos Comunicados nº 937/25 e 971/25, suspendeu as recontabilizações, até que o tema seja integralmente regulamentado.
- O Ministério de Minas e Energia (MME) instaurou a Consulta Pública nº 210/2025 para discutir a minuta do Termo de Compromisso, cujo prazo de contribuições encerrou-se em 16 de janeiro de 2026.

Considerando os eventos acima descritos, ressalta-se que, até a data de autorização de emissão destas demonstrações contábeis, a Administração da Companhia não deliberou formalmente sobre a intenção de aderir (ou não) ao termo de compromisso previsto na Lei 15.269 e, portanto, de renunciar às ações judiciais relacionadas ao *curtailment*. Vale ressaltar que as deliberações finais da Companhia ocorrerão somente após as próximas deliberações sobre o tema. Consequentemente nenhum ganho relativo a compensação econômica pelos eventos de restrições nas operações foram reconhecidas nestas demonstrações contábeis.

3.12 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela geração de energia elétrica a partir de fonte solar fotovoltaica e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos

No que tange a geração de energia, obrigação de desempenho acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

a. Receita de geração de energia

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia é registrada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, e medida através de relatório de medição mensal.

b. Receita de juros

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras de resgate imediato, que são reconhecidas no resultado.

3.13 Imposto de renda e contribuição social correntes

Em 2025 e 2024 o imposto de renda e a contribuição são calculados com base no lucro presumido.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime

presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras. Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal para melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis, vigentes para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025, não impactaram a preparação destas demonstrações financeiras, conforme detalhado a seguir:

a. CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

b. Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

c. Reforma tributária

Em dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu uma ampla reforma no sistema tributário brasileiro. A nova estrutura prevê, entre outros aspectos, a substituição gradual de tributos atualmente existentes por um modelo de imposto sobre valor agregado dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre estados e municípios.

A implementação do novo sistema ocorrerá de forma gradual, com período de transição previsto entre 2026 e 2033, durante o qual os tributos atuais serão progressivamente substituídos pelos novos tributos sobre o consumo.

A Administração da Companhia vem acompanhando a regulamentação e avaliando os potenciais impactos da reforma tributária em suas operações, incluindo possíveis efeitos sobre:

- a estrutura de custos e formação de preços;
- a apuração e recuperação de créditos tributários;
- a classificação e apresentação de tributos nas demonstrações financeiras; e
- os sistemas e processos relacionados à apuração fiscal.

Até a data de emissão destas demonstrações financeiras, não foi possível mensurar de forma confiável todos os impactos financeiros da reforma, uma vez que parte relevante das regras operacionais ainda depende de regulamentação por leis complementares e normas infralegais.

A Companhia continuará monitorando o desenvolvimento da legislação e revisará suas estimativas e políticas contábeis conforme necessário, divulgando eventuais efeitos relevantes em períodos futuros, em conformidade com os requisitos de divulgação previstos nas normas contábeis aplicáveis.

5 Caixa e equivalentes de Caixa

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixa e bancos	16	43
Aplicações financeiras	5.288	4.170
	<u>5.304</u>	<u>4.213</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerários em caixa, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em montantes

conhecidos de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, conforme estabelecido pelo CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

As aplicações financeiras da Companhia são de renda fixa e mantidas nas principais instituições financeiras do país. Tais aplicações possuem liquidez imediata e podem ser resgatadas a qualquer tempo, de acordo com as necessidades de capital de giro da Companhia.

Essas aplicações referem-se substancialmente a aplicações automáticas remuneradas com base em taxa de mercado indexada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A remuneração dessas aplicações varia de acordo com o prazo de permanência dos recursos, com percentuais que podem chegar até 100% do CDI.

6 Contas a receber

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Clientes nacionais a faturar (*)	1.452	148
	<u>1.452</u>	<u>148</u>

(*) Saldo composto de valores relativos à venda de energia já entregue e ainda não faturada. Todos os meses a provisão é estornada e o faturamento mensal (nota fiscal) é emitida.

7 Operações com partes relacionadas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Balanco patrimonial		
Contas a receber com partes relacionadas (*)		
Jaíba NE1 Energias Renováveis S.A.	12.005	13.205
Jaíba O Energias Renováveis S.A.	-	2.100
Jaíba N Energias Renováveis S.A.	-	4.713
	<u>12.005</u>	<u>20.018</u>
Contas a pagar com partes relacionadas (**)		
Jaíba III Holding S.A.	50	-
Jaíba NE1 Energias Renováveis S.A.	274	200
Jaíba O Energias Renováveis S.A.	1.060	2.650
Canadian Solar Des. De Usinas Solares Ltda (BRDP)	774	-
Jaíba N Energias Renováveis S.A.	1.772	3.522
	<u>3.930</u>	<u>6.372</u>
Demonstração do resultado		
Receita operacional bruta (*)		
Canadian Solar Des. De Usinas Solares Ltda (BRDP)	2.370	-
Total	<u>2.370</u>	<u>-</u>
Custo - Energia comprada para revenda (***)		
Canadian Solar Des. De Usinas Solares Ltda (BRDP)	(402)	-
Total	<u>(402)</u>	<u>-</u>

(*) Valores referentes a rateio de High Voltage (HV).

(**) Os valores referentes a outras contas a pagar com partes relacionadas refere-se a transações de energia das controladas para suprir a necessidade de energia para atendimento dos contratos.

(**) O saldo refere-se à compra de energia da BRDP, em decorrência da necessidade de aquisição de energia no mercado de curto prazo para atendimento de seus contratos.

7.1 Pessoal – chave da Administração

A Companhia optou por não realizar pagamentos de remuneração do pessoal-chave da Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. A remuneração da Administração da Companhia é paga pela Canadian Solar desenvolvimento de Usinas Solares Ltda.

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento de benefícios pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço.

8 Imobilizado

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Imobilizado em serviço	170.648	162.033
	<u>170.648</u>	<u>162.033</u>

A Companhia avaliou a existência de indicadores de perda no valor recuperável dos ativos não financeiros e, em razão de um trigger de *impairment* identificado em 2025, realizou o teste de redução ao valor recuperável nesse exercício. Após as análises, concluiu-se que nenhuma provisão deveria ser reconhecida. Para o exercício de 2024, não foram identificados triggers que demandassem a realização do teste.

8.1 Movimentação do imobilizado

	<u>Central Solar</u>	<u>Central Solar Desmontagem</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	9.832	-	9.832
Adições	152.344	-	152.344
Baixas	-	-	-
Depreciação do exercício	(143)	-	(143)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	162.033	-	162.033
Adições	15.024	545	15.569
Depreciação do exercício	(6.936)	(18)	(6.954)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	170.121	527	170.648
Taxa média anual de depreciação	4%	3%	

8.2 Provisão para custos com desmobilização

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-
Adições	545	545
Depreciação	(18)	-
Juros	-	66
Saldo em 31 de dezembro de 2025	527	611

No exercício de 2022, a Companhia estimou que o valor futuro da obrigação de desmobilização totalizaria R\$ 17.100, com base em valores orçados, considerando a necessidade e a natureza das ações a serem executadas ao término das operações.

Para fins de reconhecimento contábil, referido montante foi trazido a valor presente mediante a aplicação de taxa de desconto de 12,18% ao ano, resultando no registro inicial de R\$ 545. O cálculo considerou como prazo para liquidação da obrigação a data final do contrato de arrendamento, prevista para o exercício de 2054.

9 Direito de uso - Arrendamento

	2025	2024
Direito de uso	6.833	6.833
(-) Amortização de direito de uso	(1.204)	(1.009)
	5.629	5.824

O saldo de direito de uso refere-se ao reconhecimento contábil dos contratos de arrendamento firmados pela Companhia, mensurados no montante de R\$ 6.883, com base no valor presente dos pagamentos futuros, descontados à taxa de 8,44% ao ano, considerando o prazo de vigência dos respectivos contratos.

9.1 Movimentação ativo do direito de uso

	2025	2024
Saldo no início do exercício	5.824	6.020
(-) Amortização de direito de uso	(195)	(196)
Saldo no final do exercício	5.629	5.824

9.2 Movimentação do passivo de arrendamento

	2025	2024
Saldo no início do exercício	7.830	7.641
Pagamentos	(456)	-
Atualização financeira	644	189
Saldo no final do exercício	8.018	7.830

10 Fornecedores

	2025	2024
Materiais e serviços (*)	9.476	1.317
Provisão de fornecedores	-	8
	9.476	1.325

(*) Os saldos de materiais e serviços a pagar referem-se a aquisições e as contratações necessárias para o processo de operação e manutenção dos parques de energia fotovoltaica.

11 Empréstimos e financiamentos

	2025	2024
Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB)	104.697	102.387
Juros de financiamentos	2.170	2.117
Custo de transação empréstimos	8.678	7.615
	115.545	112.119
Circulante	11.975	9.732
Não circulante	103.570	102.387

11.1 Movimentação e composição dos empréstimos

Saldo inicial 2025	Captação	Juros	(-) Pagamento de Principal	(-) Pagamento de Juros	Saldo final 2025
112.119	12.641	11.897	(7.751)	(13.361)	115.545
Saldo inicial 2024	Captação	Juros	(-) Pagamento de Principal	(-) Pagamento de Juros	Saldo final 2024
-	109.886	5.476	-	(3.243)	112.119

11.2 Cronograma de amortização da dívida

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2025 e 2024 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	2025	2024
2026	-	1.115
2027	1.619	1.495
2028	1.923	2.026
2029	2.409	2.546
2030 a diante	97.620	95.206
	103.570	102.387

11.3 Informações contratuais

Emissão	Quantidade	Eventos de pagamentos	Remuneração	Emissão e vencimento	Saldo em 2025	Ingressos em 2025
Banco do nordeste (BNB)	109.886	Juros - cada trimestre a partir de 17/07/2024 e amortização do principal mensal a partir de novembro/2025	IPCA+4.6012 %	Maio/2024 Abril/2046	115.545	12.641

(i) Covenants

Em 31 de dezembro de 2025, o Companhia mantinha contrato de financiamento com o BNB, que possuem cláusulas restritivas de *covenants* qualitativos, relacionados a isenção de obtenção de carta fiança. A Companhia realiza o acompanhamento dos covenants.

(ii) Garantias

Os Empréstimos e financiamentos com BNB tem como garantia a alienação fiduciária de ações, bem como Garantia corporativa da Canadian Solar Inc, Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

12 Imposto de renda e contribuição social a recolher

	2025	2024
IRPJ a recolher	110	-
CSLL a recolher	58	-
	168	-

12.1 Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social

	2025	2024
Imposto de renda	(494)	(9)
Contribuição social	(260)	(5)
	(754)	(14)

O regime tributário da Companhia em 31 de dezembro de 2025 é o Lucro Presumido, calculado conforme o demonstrativo a seguir:

	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta	20.493	20.493
Presunção (IRPJ 8% e CSLL 12%)	1.639	2.459
Demais receitas	401	401
Base de cálculo IRPJ e CSLL	2.040	2.860
IRPJ 15% e CSLL 9%	(311)	(260)
Adicional de IRPJ de 10%	(183)	-
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social	(494)	(260)
Reconciliação do IRPJ e CSLL		
Despesa do Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes	(494)	(260)
	(494)	(260)

13 Patrimônio líquido

13.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 o capital subscrito e integralizado está representado por 73.793 mil ações (em 31 de dezembro de 2024 60.912 mil ações) totalmente integralizadas, todas nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00, conforme demonstrado a seguir:

2025		
	Quantidade de ações em milhares	% do capital social
Jaíba III Holding S.A.	73.793	100%
	73.793	100%

2024		
	Quantidade de ações em milhares	% do capital social
Jaíba III Holding S.A.	60.912	100%
	60.912	100%

13.2 Movimentação do capital social

Detalhes do aporte	Data do aporte	Quantidade de ações	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2023		24.562	24.562
Integralização de capital	01/03/2024	9.810	9.810
Aumento de capital	04/03/2024	3.856	3.856
Aumento de capital	24/04/2024	4.000	4.000
Aumento de capital	13/08/2024	12.620	12.620
Aumento de capital	23/12/2024	6.064	6.064
Saldo em 31 de dezembro de 2024		60.912	60.912
Aumento de capital	06/02/2025	4.995	4.995
Aumento de capital	21/02/2025	1.901	1.901
Aumento de capital	01/07/2025	1.335	1.335
Aumento de capital	23/09/2025	4.650	4.650
Saldo em 31 de dezembro de 2025		73.793	73.793

13.3 Prejuízos acumulados

A Companhia apresentou em seu resultado do exercício um prejuízo de R\$ 11.965 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, totalizando em R\$ 15.958 de prejuízo acumulado em 2025 (R\$ 3.738 de prejuízo líquido em 2024 totalizando um prejuízo acumulado de R\$ 3.993), desta forma não houve distribuição de lucros.

14 Receita operacional líquida

	2025	2024
Receita de venda de energia (*)	18.123	148
Receita de venda de energia – Intercompanyv (**)	2.370	-
Impostos incidentes sobre vendas e descontos (***)	(1.342)	(13)
	19.151	135

(*) Receita é predominante no mercado ACL;

(**) Conforme demonstrado na nota explicativa 7;

(***) Regime cumulativo sendo PIS (0,65%) e COFINS (3,00%)

Durante o exercício de 2025, a Companhia gerou 95.902 MWh (1.600 MWh em 2024), fornecido diretamente para cumprimento do contrato.

15 Custos dos serviços

	2025	2024
Depreciação	(7.149)	(142)
Encargos do uso da rede elétrica	(2.639)	-
Compra de energia	(6.153)	-
Compra de energia com partes relacionadas	(402)	-
Operação e manutenção	(973)	(13)
Serviços de terceiros	(22)	-
Serviços de segurança	(255)	-
Seguros	(605)	-
	(18.198)	(155)

16 Despesas gerais e administrativas

	2025	2024
Serviços de terceiros (*)	(201)	(170)
Tributárias	(6)	-
Outras	(8)	-
	(215)	(170)

(*) Referem-se a despesa com prestação de serviços de consultoria e despesas com cartório.

17 Resultado financeiro, líquido

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicação financeira	425	264
Outras	-	1
	425	265
Despesas financeiras		
Juros de financiamentos	(11.150)	(13)
Comissão financeira (*)	(431)	-
Multas e juros	(50)	(70)
Variação cambial passiva	-	(3.688)
Despesas bancárias	(41)	(22)
Juros de desmobilização de Ativo Imobilizado	(66)	-
Juros sobre arrendamentos	(643)	-
Outras	-	(6)
	(12.381)	(3.799)
Resultado financeiro, líquido	(11.956)	(3.534)

(*) Comissão financeira refere-se aos pagamentos de Fee da carta de fiança.

18 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia possui operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos financeiros é realizado por meio de monitoramento e controles internos que visam mitigar os riscos advindos desses instrumentos financeiros. As atividades relacionadas a gestão e monitoramentos dos riscos envolvem principalmente o acompanhamento da evolução das taxas de juros que podem impactar tanto os fluxos de caixa da Companhia bem como o valor de mercado dos instrumentos financeiros e o risco de crédito de seus ativos financeiros. As projeções e acompanhamento dos fluxos de caixa da Companhia são monitoradas com vistas a garantir o cumprimento das obrigações financeiras e de liquidez.

A Companhia não efetua operações com instrumentos financeiros derivativos.

18.1 Classificação dos instrumentos financeiros:

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo seus níveis de hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

O Contas a receber de clientes, financiamentos, e fornecedores e outras contas a pagar, classificados como custo amortizado possuem o valor contábil como uma aproximação razoável do valor e justo e por isso não estão sendo apresentados de forma segregada.

		2025	2024
	Nota	Valor justo	Valor justo
Aplicações financeiras	5	5.288	4.170
Custo amortizado			
Caixa e bancos	5	16	43
Total		5.304	4.213
		2025	2024
		Valor justo	Valor justo
Custo amortizado			
Fornecedores e outras contas a pagar	10	9.476	10.854
Empréstimos e financiamentos	11	115.545	112.119
Contas a pagar com partes relacionadas	7	3.930	6.372
Total		128.951	129.345
		2025	2024
	Nota	Valor contábil	Valor contábil
Aplicações financeiras	5	5.288	4.170
Custo amortizado			
Caixa e bancos	5	16	43
Total		5.304	4.213
		2025	2024
		Valor contábil	Valor contábil
Custo amortizado			
Fornecedores e outras contas a pagar	10	9.476	10.854
Empréstimos e financiamentos	11	115.545	112.119
Contas a pagar com partes relacionadas	7	3.930	6.372
Total		128.951	129.345

O valor contábil representa uma aproximação razoável do valor justo, conforme descrito abaixo:

(i) Os saldos de caixa e bancos, contas a receber, contas a receber com partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e contas a pagar com partes relacionadas circulantes são equivalentes aos seus valores contábeis, principalmente devido aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos; e

(ii) Os valores contábeis de empréstimos e financiamentos não circulantes são mensurados ao custo amortizado e divulgados pelo valor justo, que não difere materialmente dos valores contábeis, uma vez que as taxas de juros acordadas são consistentes com as taxas de mercado atuais.

18.2 Gerenciamento de riscos financeiros

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

a. Risco de mercado

Risco de taxas de juros: decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo, e assim justifica a não demonstração da análise de extrapolação deste risco.

b. Risco de juros

Análise de sensibilidade de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Em relação aos ativos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário. Na data do balanço, o perfil de taxa de juros do Grupo é em aplicações financeiras com taxa pós-fixada.

E em relação aos passivos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia possui empréstimos e financiamento em operações com taxas que acompanham o índice inflacionário do Brasil e o índice de atualização dos contratos de venda de energia.

Com base nos dados disponíveis no Banco Bradesco, foi extraída a projeção dos indexadores CDI para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

31 de dezembro de 2025

	Cenário		Sensibilidade		
	Variação	Provável			
	2025	2026	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de redução das taxas, juros e índices - CDI (a)	14,90%	12,13%	(12,13%)	(15,16%)	(18,20%)
	Cenário		Sensibilidade		
	Índices	2025	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
	Aplicações financeiras	5.288	(641)	(802)	(962)

31 de dezembro de 2024

	Cenário		Sensibilidade		
	Variação	Provável			
	2024	2025	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de redução das taxas, juros e índices - CDI (a)	11,77%	14,83%	(14,83%)	(18,54%)	(22,25%)
	Cenário		Sensibilidade		
	Índices	2024	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
	Aplicações financeiras	4.170	(618)	(773)	(928)

31 de dezembro de 2025

	Cenário		Sensibilidade		
	Variação	Provável			
	2025	2026	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento de taxas, juros e índices - IPCA (IBGE)	4,30%	3,80%	3,80%	4,75%	5,70%
	Cenário		Sensibilidade		
	Índices	2025	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
	Empréstimos e financiamentos	115.545	4.391	5.488	6.586

31 de dezembro de 2024

	Cenário		Sensibilidade		
	Variação	Provável			
	2024	2025	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de redução do passivo	4,80%	5,60%	5,60%	7,00%	8,40%
	Cenário		Sensibilidade		
	Índices	2024	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
	Empréstimos e financiamentos	112.119	6.279	7.848	9.418

- (a) Certificado de Depósitos Interbancários (CDI) – fonte - Bradesco Longo Prazo.
- (b) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - fonte - Bradesco Longo Prazo.

c. *Risco de crédito*

É o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros da Companhia. Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

	Nota	2025	2024
		Contábil	Contábil
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.304	4.213
Contas a receber	6	1.452	510
Contas a receber com partes relacionadas	7	12.005	20.018
Total		18.761	24.741

A Companhia realiza operações com instrumentos financeiros de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras apenas com instituições de primeira linha, cuja classificação de risco atribuída por agência de *rating* de referência dos principais montantes, é AA.br.

A Companhia avaliou seu histórico de recebimento do contas a receber e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Administração não julgou necessário o reconhecimento de provisão para perdas esperadas e por esse motivo não há índice de perda estimadas de créditos para as contas a receber de clientes a vencer e vencidas

d. *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

31 de dezembro de 2025

Passivo	Nota	Fluxo de caixa contratuais				Acima de 12 meses
		Valor contábil	Total	3 meses ou menos	3-12 meses	
Fornecedores	10	9.476	9.476	9.476	-	-
Empréstimos e financiamentos	11	115.545	259.271	2.945	8.221	248.105
Contas a pagar com partes relacionadas	7	3.930	3.930	-	3.930	-
		128.951	272.677	12.421	12.151	248.105

31 de dezembro de 2024

Passivo	Nota	Fluxo de caixa contratuais				Acima de 12 meses
		Valor contábil	Total	3 meses ou menos	3-12 meses	
Fornecedores	10	10.854	10.854	-	10.854	-
Empréstimos e financiamentos	12	112.119	277.348	2.850	8.060	266.438
Contas a pagar com partes relacionadas	7	6.372	6.372	-	6.372	-
		129.345	294.574	2.850	25.286	266.438

19 Provisões para perdas em processos administrativos e judiciais

A Companhia não foi parte em processos administrativos e judiciais oriundos do curso normal de suas operações. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos externos, a Administração não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão de contingência no passivo ou de divulgação em nota explicativa, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

20 Demonstrações dos fluxos de caixa

Transações que não envolvem caixa

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as operações que não afetaram caixa nas operações da Companhia estão demonstradas a seguir:

	<u>Individual</u> 2025
Reconciliações entre as adições do imobilizado e adições do fluxo de caixa	
Provisão para custos com desmobilização	66
	<u>Individual</u> 2024
Reconciliações entre as adições do imobilizado e adições do fluxo de caixa	
Provisão para custos com desmobilização	-